

Três Estudos sobre a Linguagem

Jean Lauand
Prof. Titular Feusp – jeanlaua@usp.br

I - Vaticano e Linguagem - O novo Catecismo da Igreja

Numa velha piada religiosa, em um retiro espiritual, um jovem dominicano cruza no pátio com um jesuíta, ambos concentrados, rezando o breviário. Para surpresa do dominicano, o jesuíta, sem interromper suas rezas, fuma um charuto. O dominicano, surpreso, espera o colega concluir suas orações e diz: “Perguntei ao superior se eu podia fumar enquanto rezava e ele não me permitiu...” Ao que o jesuíta responde: “Ah, é? Eu perguntei se podia rezar enquanto fumava e ele permitiu...”.

Jocosidades à parte, com seus dois mil anos de existência e com experiência acumulada ao longo de séculos a Igreja Católica - ao menos em seus documentos oficiais - está muito atenta às sutilezas da linguagem... Para a Cúria Romana não é a mesma coisa trocar “seis” por “meia dúzia”, afinal em certos contextos como, por exemplo, quando se diz: “-Não é por causa de *meia dúzia* de cafajestes que vamos proibir o torcedor de ir ao estádio”, a formulação equivalente seria: “-Não é por causa de *três ou quatro* cafajestes que vamos...”: ambas indicam uma quantidade ínfima; enquanto “seis” poderia dar a idéia de um bando composto exatamente por seis elementos.

Com mais de um bilhão de fiéis e uma imensa bagagem histórica não é de estranhar que os documentos da Igreja sejam produzidos com relativa lentidão e inúmeros trâmites do pesado sistema burocrático da Cúria Romana. Por considerarem que já haviam passado mais de 400 anos desde a publicação do último Catecismo da Igreja Católica (o do Concílio de Trento, em 1566), em 1992 foi lançado mundialmente um novo Catecismo, como preparação para uma edição definitiva, que veio à luz em 1997.

João Paulo II, na Constituição Apostólica *Fidei Depositum* conta que o novo Catecismo foi inicialmente redigido por sete Bispos, supervisionados por uma Comissão de 12 Cardeais e Bispos, recebendo, ao longo de sucessivas redações, sugestões de peritos e bispos de todo o mundo. Sobre esse texto (1992, a partir de agora abreviado como C-92), uma nova comissão, desta vez composta só por membros da Cúria Romana (também sob a presidência do então Cardeal Ratzinger), se encarregou de corrigir a versão provisória e preparar o texto definitivo de 1997 (cf. Carta Apostólica *Laetamur Magnopere* de João Paulo II), que citaremos como C-97.

O original de C-92 foi publicado originalmente em francês e o de C-97 em latim; em cada caso, as conferências episcopais aprovaram traduções para seus países (daí que, por exemplo, as traduções brasileira e portuguesa sejam ligeiramente diferentes).

Para que a edição definitiva, C-97, estivesse correta e não se afastasse da estrita ortodoxia, a Cúria fez 99 emendas ao texto de C-92, para eliminar as formulações divergentes contidas naquela “versão beta”. Analisaremos alguns aspectos da linguagem dessas emendas.

Tomaremos, inicialmente, um par de exemplos da parte III do Catecismo (pontos 1691 a 2557), dedicada à moral. Algumas das modificações, mais ou menos sutis, foram importantes.

O ponto 2358 de C-92 trazia a formulação:

Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais inatas profundamente radicadas. Não são eles que escolhem sua condição homossexual...

Já com os cortes de C-97, o mesmo ponto ficou assim:

Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente radicadas...

O sentido da mudança e do corte (de “Não são eles que escolhem sua condição homossexual”) é explicitado por um site tradicionalista católico espanhol que protestava contra o enunciado de C-92:

Se são “inatas” e “não são eles que escolhem sua condição homossexual”, que culpa eles têm? E dizer que eles não escolhem sua condição é enfrentar a Sagrada Escritura... (<http://radiocristiandad.wordpress.com/2008/07/23/la-novedad-en-lo-novedoso/>)

E no ano passado o jornal **O Estado de S. Paulo** assim intitulava uma notícia:

“Homossexualidade é uma doença”, diz bispo argentino - Para Hugo Santiago, é a educação sexual nas escolas que ensina homossexualidade como algo natural.

A afirmação do bispo de que a homossexualidade é uma perversão *ensinada* não seria compatível com o enunciado de C-92. A notícia prossegue:

BUENOS AIRES - Um bispo argentino está no centro de uma polêmica por ter dito que "a homossexualidade é uma doença que pode ser tratada e curada", durante uma homilia perante milhares de fiéis católicos, informou nesta segunda-feira, 23[23-03-09], a imprensa local. Monsenhor Hugo Santiago, membro da Opus Dei e bispo da diocese de Santo Tomé, fez essas declarações na quinta-feira, 19, em uma missa celebrada em Paso de los Libres, no noroeste da Argentina na fronteira com o Brasil. Em seu discurso, o religioso também indicou que através da educação sexual nas escolas "se pretende ensinar que é algo natural, de livre escolha." (<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,homossexualidade-e-uma-doenca-diz-bispo-argentino,343447,0.htm>)

Em se tratando de moral, as propostas das religiões oscilam entre dois pólos: a consciência do fiel (valorizada pelo concílio Vaticano II) e o estabelecimento de normas operacionais. Tenha-se em conta também que não cabe supor uma

uniformidade católica: há diversidade entre os simples fiéis, bispos, conferências episcopais etc. nem sempre em total sintonia com a Cúria Romana.

Seja como for, havia, na antiga doutrina da Igreja, a salutar virtude da Prudência, glorificada por um Santo Tomás de Aquino (1225-1274) como a principalíssima entre as virtudes cardeais. Classicamente, a Prudência (hoje, na prática, ausente na pregação eclesial e desvirtuada semanticamente) era a virtude - portanto uma qualidade intransferível da pessoa - que levava o homem a um reto discernimento da realidade em cada caso e a tomar decisões acertadas em seu agir. O esquecimento, na pregação eclesial, da Prudência e a inversão de seu significado (“prudência”, hoje, não é a virtude da decisão que leva à grandeza moral, mas uma egoísta e interesseira cautela) favorecem a minuciosa codificação da moral.

Em casos extremos dessa atitude surgem os fundamentalismos. Fundamentalismo é “retranca”, que não quer deixar nada ao discernimento do fiel, sempre considerado imaturo, e pretende garantir a salvação por meio de mil regrinhas, que regulam o comportamento em seus mínimos detalhes. Nessa linha, o regime Talibã chegou a criar um “Ministério do Vício e da Virtude”, que legislava até sobre a posição dos vasos sanitários (que não podiam estar alinhados com Meca) e elaborava listas sobre o que as torcidas podiam gritar nos estádios de futebol... (para não falar dos trajes femininos etc.).

Voltando ao Catecismo, nas edições espanholas, algumas mudanças de C-92 para C-97 aparecem ainda mais acentuadas.

Como no caso do ponto 2352, no qual C-92 indicava a necessidade de se levar em conta na avaliação moral da masturbação diversos fatores psíquicos ou sociais “*que reducen, e incluso anulan la culpabilidad moral*”; formulação que, em C-97, foi substituída por: “*que pueden atenuar o tal vez reducir al mínimo la culpabilidad moral*”.

Na substituição de “reduzem” por “podem atenuar”, a introdução do “podem” é de efeito psicológico, pois, uma vez que são subjetivos os fatores atenuantes (“imaturidade afetiva, força dos hábitos contraídos, o estado de angústia ou outros fatores psíquicos ou sociais”), sua função parece ser só a de manter a sensação de culpa (o fiel não pode excluir a culpa, auto-avaliando fatores subjetivos). Como também a substituição de “anulam a culpabilidade moral” por “talvez reduzir ao mínimo a culpabilidade moral”. Afinal, a própria existência do sacramento da confissão, em diálogo vivo entre penitente e confessor, pressupõe que a culpabilidade moral não é medida discretamente por pontos na carteira como nas infrações de trânsito, que vão desde as gravíssimas (7 pontos), passando pelas grave e média, até a leve, punida com os *mínimos* 3 pontos. A culpa moral, bem como seus atenuantes ou *excludentes*, pertencem ao delicado âmbito da consciência e não podem ser observadas com a operacionalidade de um radar que fotografa uma invasão de faixa de pedestres ou a de um bafômetro que indica a presença de álcool no sangue em índices superiores a 0,6 gramas/ litro.

Na parte referente à Doutrina da Fé, uma sutil correção é a que se deu no ponto 336, que, falando dos anjos, diz em C-97: “Desde *o seu começo* até à morte, a vida humana é acompanhada pela sua assistência [dos anjos]”, corrigindo assim o texto de C-92: “Desde a *infância* até à morte, a vida humana é acompanhada pela sua assistência”. De fato, a troca de “infância” por “começo”, em C-97, ajusta-se melhor à doutrina do mesmo Catecismo, que diz: “2270. A vida humana deve ser respeitada e protegida, de modo absoluto, a partir do momento da concepção...”; ou: “2274. Uma vez que deve ser tratado como pessoa desde a concepção, o embrião terá de ser defendido na sua integridade...”.

Outra correção interessante apoia-se na não equivalência entre “libertada” e “preservada”; esta mais restrita e inequívoca (Maria nunca esteve em pecado...):

2853 [Maria], por obra do Espírito Santo, é libertada do pecado...
(C-92)

2853 [Maria], por obra do Espírito Santo, é preservada do pecado...
(C-97)

Mais uma sugestiva mudança: a introduzida no ponto 2483, também dirigida a evitar abusos por parte dos fiéis.

C-92: “Mentir é falar ou agir contra a verdade para induzir em erro aquele que tem o direito de conhecê-la”.

C-97 simplesmente suprimiu a expressão “aquele que tem o direito de conhecê-la”. Farisaísmos à parte, é óbvio que o cidadão não está obrigado a falar a verdade, toda a verdade, nada mais do que a verdade, digamos, a um ladrão que invade sua casa, encosta um revólver calibre 38 em sua testa e pergunta se ele tem dólares escondidos... Aliás, a própria Igreja não censuraria como mentira as reservas mentais que levariam a responder: “Não!” (enquanto jesuiticamente pensa: “não tenho dólares ‘escondidos’: eu sei muito bem onde estão ‘guardados’ nossos U\$50.000”). Ou aquele caso, que parece piada, mas aconteceu realmente: toca o telefone, a mulher atende “Boa noite, Fulano”; o marido (Fulano é um importuno) sussurra e gesticula “Diga que eu não estou!” e ante os escrúpulos cristãos da esposa que se recusa a “mentir”, ele abre a porta do apartamento, sai dois passos e sussurra novamente “Agora você já pode dizer que eu não estou!”.

Encerramos aqui nossa amostra da linguagem do Catecismo. Seu mentor, em uma entrevista de 2003, expressa o sentido que vê em afirmar, por esse meio, sua proposta de catequese.

PERGUNTA: No entanto, como afirmou o cardeal de Viena, Christoph Schönborn, a própria idéia de Catecismo é contestada muito freqüentemente, “pelo menos nos países germanófonos e sobretudo no ambiente oficial da catequese”...

RATZINGER: É verdade, há certa aversão a qualquer tentativa de “cristalizar” em palavras uma doutrina, em nome da flexibilidade. E há um certo antidogmatismo vivo em muitos corações. O movimento catequético pós-conciliar, sobretudo, acentuou o aspecto antropológico da questão e acreditou que um catecismo, sendo demasiado doutrinal, seria um impedimento ao necessário diálogo com o homem de hoje. Nós estamos convencidos do contrário. Para dialogar bem, é necessário saber do que devemos falar. É necessário conhecer a substância da nossa fé. Por isso, hoje um catecismo é mais necessário do que nunca.
(<http://www.30giorni.it/br/articolo.asp?id=747>)

II - O Fator F: a sensibilidade para o pessoal na língua e na comunicação

O psicólogo americano David Keirsey propôs uma das mais fecundas teorias de temperamento e personalidade de nosso tempo: a partir da combinação de 4 pares de preferências, que remontam a Jung e a Isabel Myers:

I/E (Introversão / Extroversão);

N/S (iNtuition / Sensible), a ênfase para o fato em si, o fato bruto (S) ou o fato como ponto de partida para “viagens” da intuição (N);

T/F (Thinking / Feeling), a preferência pela abordagem de uma situação pelo ponto de vista “objetivo”, impessoal (T), ou, pelo contrário, a abordagem pessoal dos envolvidos na situação (F); e

J/P (Judgemental/Perception), a tendência a escolher situações bem arranjadas, esquematizadas, fechadas (J) ou, pelo contrário, a situação aberta, o improvisado (P).

Combinando essas diversas preferências, Kersey analisa 16 tipos (INTJ, INTP, ISTJ etc.) em torno de 4 núcleos básicos de temperamento (NT, NF, SJ e SP). Detalhes à parte, interessa-nos neste estudo, o modo como essas preferências podem se projetar no uso da linguagem e nos próprios recursos das línguas, limitando-nos a exemplos do caso F, o dos que propendem a uma abordagem pessoal das situações.

Naturalmente, diferenças de temperamento condicionam preferências de comunicação e linguagem: por exemplo, uma pessoa J exaspera-se com as imprecisões dos P e prefere marcar um encontro em hora exata em vez dos vagos “depois do almoço” ou “amanhã de manhã”. As discussões entre casais formados por T e F, quanto às travessuras dos filhos, sempre acabam em mútuas acusações: F acusando T de ser um bloco de gelo, duro e sem coração; T, considerando que F é de uma descabida brandura, que está a estragar o menino com desculpas para todas as traquinagens etc.

Outro exemplo de preferências F e T na interpretação semântica de uma mesma sentença. Dois amigos, F e T, almoçam na churrascaria de estrada de sempre (a incomparável *Mabilia* do posto do Km 22 da Régis Bittencourt), conhecem há anos o dono, Sr. Mabilia, e F pergunta ao garçom se há banana à milanesa e abacaxi com canela. O garçom traz um abacaxi excelente e desculpa-se quanto à banana, que, naquele dia, está em falta. Ao final, o dono vem à mesa perguntar se estava tudo bem; ambos respondem que estava tudo ótimo, como sempre. Mas, informado pelo garçom, pergunta em tom de desculpas: “- Hoje faltou a banana, não é?” O F diz sem pestanejar: “- Não, não faltou banana, não faltou nada, estava tudo perfeito!”; ao mesmo tempo que T responde: “- É, hoje não tinha banana!”.

Enquanto tomam o café, F e T discutem: T argumenta que F mentiu; mentiu por delicadeza, sensibilidade pessoal, mas mentiu, pois o fato é que não havia banana! F retruca dizendo que semanticamente só *falta* aquilo que está previsto e pressuposto e que, por exemplo, não se poderia dizer que, no almoço, faltou Voltaren, Benzetacil ou Tylenol (como na antiga brincadeira das crianças na escola: “- Você, pra burro, só faltam as penas”, “- Tãã... burro não tem pena” “- Então, não falta nada”). T insiste em sua tese e afirma que precisamente não estavam numa farmácia e, portanto, faltou banana. F replica que o almoço estava insuperável e, assim, a banana não faltou, não “fez falta”, e evoca a clássica marchinha de carnaval: “Se você pensa que cachaça é água... Pode me faltar tudo na vida: arroz feijão e pão... tudo isso não faz falta não”.

A discussão, naturalmente, é interminável: T afirmando que só a distorção de F para o lado pessoal poderia levar a ignorar fatos; F, acusando T de um excessivo apego à realidade dita “objetiva”, viés que o impede de ver os “fatos humanos”, para

além dos “fatos fáticos”, menores. Um interpretando o faltar, de modo pessoal, como falta para alguém; outro, o faltar como fático “objetivo”, de almoxarifado.

Mesmo correndo o risco de uma generalização exagerada, cabe falar, de algum modo, de preferências nacionais ou regionais: se países como Alemanha ou Japão têm uma preferência J pela organização, prazos e planejamento; o Brasil (e não digamos a Bahia...) tende ao S; além disso, se aqueles países instalam-se no T; o Brasil acolhe o F.

A tese de Gilberto Freyre em: *O brasileiro entre os outros hispanos*: “O hispano pode vir a ser o mestre de uma sabedoria tida, durante séculos, no Ocidente, por hediondo vício: o vício da soberania do homem sobre o tempo, no gozo da vida e na apreciação dos seus valores, com as suas inevitáveis decorrências de impontualidade e de lentidão” é vista por Julián Marías como a introdução do ponto de vista pessoal (a pessoa) em tudo, até na língua. (*Hispanoamerica*, Madri, Alianza, 1986, p. 350). Marías exemplifica com a apropriação pessoal do tempo. Para além do tempo “objetivo”, do relógio, o brasileiro inventa o tempo pessoal: “amanheci triste” (não “a manhã” do relógio, do tempo impessoal), mas a minha manhã; o meu tempo, a hora de cada um, de Jesus Cristo (que diversas vezes fala de “sua hora”) ou de Augusto Matraga.

O português conseguiu a proeza de conjugar de modo pessoal o neutro infinitivo: não exercemos o impessoal sair; é o nosso sair: “É bom sairmos porque é hora de irmos”. Para não falar em extremos – como nos fez notar o Dr. Sylvio Horta (FFLCHUSP) – como o da expressão: “*minha* Nossa Senhora”.

O brasileiro faz o próprio impessoal virar pessoal: se o francês diz *on* (“*En Espagne on dine rarement avant 22 heures*”), no falar brasileiro vai prevalecendo o “você”, para que o interlocutor sinta de modo pessoal a situação de que se está falando: “Na Espanha você não janta antes das dez”. A aproximação pessoal dá-se também no vocativo paulista “Ô meu”. E nos usos da palavra “gente”. Na Espanha, “*la gente*” indica a pluralidade genérica; no português do Brasil esse uso (como no hino da Independência “Brava gente brasileira...” ou em Camões: “A grita se alevanta ao céu, da gente”) vai dando lugar a outro, carregado de sentido pessoal, como no vocativo, que evoca incredulidade, especialmente ante a falta da virtude da humanidade: “- Gente! Que crueldade fizeram com essa criança!”, no qual cabe também também o recurso ao transcendente (Deus ou Nossa Senhora) para corroborar o espanto: “Gente do céu!”.

A pluralidade anônima de “*la gente*” é pessoalizada em “minha gente”; ou na ocupação do lugar dos pronomes de primeira pessoa: *eu* (como na queixa do motorista da madame: “Pôxa, a gente se esforça para agradar a patroa e ela ainda reclama da gente”); *nós outros* (“Por que você não vem jantar com a gente?”) e *nós todos* (“Bem que a gente podia se reunir mais vezes”). A sensibilidade humana, a compreensão estão contidos também nas construções: “ser muito gente com alguém” ou “gente como a gente”. O pronome oblíquo brasileiro também pode projetar pessoalização: “Não me bata nesse cachorro” (maltratar o cachorro é maltratar a mim).

Para o leitor interessado, em artigos da revista “Língua Portuguesa” tenho discutido outros casos da preferência F do brasileiro: o uso do “estar com” em lugar do “ter” (“estar com” suaviza a fria e dura posse do “ter”, indicando gentilmente que o carro, o dinheiro etc. é de todos nós, independentemente de eu ou você “estar com o carro”, “estar com dinheiro”); o excessivo uso do diminutivo, que convoca o afeto, chegando a extremos como a criação do neologismo “euzinha”, hoje usado em mais de um milhão de sites na internet brasileira! Etc.

Prato cheio para os F do meu Brasil...

Ser e Estar

Sempre que, em aulas de filosofia, perguntamos aos alunos sobre a diferença entre “ser” e “estar”, rápida, indefectível e unanimemente vem a resposta: “estar” indica uma situação temporária ou provisória; “ser”, definitiva. E a surpresa dos alunos quando ouvem o contra-exemplo de Julián Marías: – Mas... e o Pai Nosso, que está nos céus, está lá de passagem? Nada mais definitivo do que a instalação divina no Céu. Entre as dezenas de usos de “estar”, *está* o de instalação – a duradoura, permanente ou eterna – que condiciona a vida.

O casamento, por exemplo. Os mais jovens não acreditarão, mas no tempo de seus avós o casamento era duradouro: *de iure e de facto*. Havia, quando muito, um ou dois “desquitados” no bairro e divórcios só nos filmes americanos (mesmo nos EUA o *no fault divorce* só foi introduzido em 1970 – na Califórnia – e, formalmente, ainda hoje o estado de New York só admite o *divorce at fault!*). Mesmo nessa época, na Espanha, onde a dissolução do casamento era impensável, a expressão mais usada foi “*estar casado*”; enquanto no Brasil, esta formulação sugere um casamento efêmero de algum jogador de futebol ou rainha de bateria...

E é que o “*estar casado*” espanhol não aponta para a duração do enlace, mas para o modo como o casamento afeta a instalação de vida. Não é por acaso que é chamado de *estado* civil. Estar casado é algo que condiciona e transforma a totalidade da existência: dos horários, rotinas e hábitos até práticas de higiene, reuniões da APM, sogra etc.; o solteiro podia deixar a louça espalhada sem lavar por dias na cozinha, discutir futebol até tarde com os amigos na padaria ou não trocar a roupa de baixo todos os dias... Uma velha piada espanhola, fala de “cair a ficha” da enormidade da mudança de estado de solteiro para casado (jogando com o todo/parte: *ha enterado* em oposição a *ha participado*) dois amigos se encontram: “– E aí me inteiarei de que você se casou. – Não, você foi participado; quem se inteirou fui eu!”.

É interessante nesse sentido a regência inglesa *to* para o casamento: “*married to*”, usada originalmente apenas para mulheres (algo assim como “*maridada* para Fulano”) e depois com sentido estendido também para homens: o casamento é algo relacional de Fulan *para* Sicran e uma amarra (casamento é enlace...); a etimologia de *husband* (segundo o *Oxford English Dictionary*) é *húsbonda*: o detentor (*bonda*) de casa (*hús*), com o mesmo *bond* de laço, que sugere o marido como que amarrado à casa...

O mesmo caso de instalação de vida, dá-se com a guerra; a guerra é algo em que se está, que condiciona fortemente o modo de viver cotidiano. Ou as enchentes em São Paulo, que tanto interferem em nossas vidas e produzem estados: de atenção de alerta, de emergência ou de calamidade.

Quando as crianças (ou adultos...) decidem dar o dedinho e “estar de mal”, instalam-se num relacionamento especial: não trocam figurinhas, não brincam juntas, não se falam... porque estão de mal.

Um outro uso do estar é na encantadora expressão “sala de estar”, infelizmente em declínio quanto ao uso consciente, por conta do fato de o próprio “estar” ser cada vez mais raro. A língua inglesa, que não distingue entre ser e estar, chama esse cômodo de “*living room*”; é adequado, mas durante a guerra “*living room*” acabou servindo também para traduzir o *Lebensraum* de Hitler.

O tempo da vida moderna, sobretudo o tempo paulistano tende a excluir o estar: já o *design* dos restaurantes de fast-food é um convite a dissociar o comer do estar, a arquitetura e a decoração parecem dizer: ingira o alimento e caia fora logo. O mesmo se dá com a crescente presença de ruidosa música nos restaurantes, que impedem o conversar; deixando à vontade aqueles que, afinal, temem uma instalação menos superficial no amor ou na amizade.

As expressões relacionadas ao amor que indicam esse caráter de instalação: *to fall in love with* no inglês, enamorar-se no espanhol e no português. Há também o nosso *namorar com*, que, finalmente, consta dos dicionários. Essa intuição do lugar, não necessariamente espacial, mas vital já aparece em Santo Agostinho ao falar do amor como peso, que o levava ao seu lugar, isto é, a se instalar em si mesmo:

“Nosso descanso, nosso lugar (*Requies nostra, locus noster*). O corpo, por seu peso, tende a seu lugar. O peso não arrasta só para baixo, mas para o seu lugar: o fogo tende para cima; a pedra, para baixo. O peso move, dirigindo a seu lugar. O óleo derramado na água fica sobre ela; a água derramada no óleo se situa por baixo: cada um movido por seu peso tende a seu lugar. O que está fora de lugar está inquieto; dirige-se a seu lugar e aquieta-se... O meu peso é o meu amor (*Pondus meum, amor meus*); aonde quer que eu vá, por ele sou levado” (*Confissões XIII,9*).

Estar está associado ao vagar (como na delicosa palavra nossa *de-vagar*), à *holgura* (Julián Marías), à “ausência de tensão de futuro” (Von Hildebrand), àquele “o tempo parou para eu olhar” de Caetano; dá-se no caminhar descontraído, no passear, no conversar..., na sala de estar. Enfim, no modo tradicionalmente ibérico (e se quisermos exponenciar: baiano) de vivenciar o tempo. Esse estar se projeta na maravilhosa gíria brasileira: curtir. “Curtir” é saborear com calma, desfrutar devagar, como o caldo de curtição beneficia o couro. Um exemplo de articulação dos dois sentidos de “estar” que estamos considerando (instalação e curtição) dá-se na sentença: “Agora que eu estou aposentado, estou curtindo meus netos”.

Novamente encontramos na instalação amorosa a idéia do eterno no momento, do fluir que tem duração. Na letra da canção “Quando eu fecho os olhos” (Chico César / Carlos Rennó) encontramos:

E aí você surgiu na minha frente
E eu vi o espaço e o tempo em suspensão
Senti no ar a força diferente
De um momento eterno desde então
E aqui dentro de mim você demora
Já tornou-se parte mesmo do meu ser

Ser que no fundo é estar, assentar-se: estar sentado...

Recebido para publicação em 10-06-10; aceito em 01-07-10